

Boletim Informativo Tributário

Nº 473 - SETEMBRO/2019

ESSE BOLETIM ENCONTRA-SE EM
WWW.CCA.COM.BR

Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

**CCA
BERNARDON**
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

NESTA EDIÇÃO:

TRIBUTOS FEDERAIS

Agenda Tributária Federal – Setembro/2019.....	03
Máquinas e Equipamentos Industriais – Imposto de Importação - Alterada para Zero por Cento as Alíquotas do Imposto de Importação Incidentes Sobre os Bens de Capital que Menciona, na Condição de Ex-Tarifários.....	03
Microempreendedor Individual - Inclusão da Ocupação de Motorista de Aplicativo Independente na Lista de Atividades Permitidas.....	03
EFD-REINF - Retirada da Minuta dos Leiautes da Versão 3.0.....	03
EFD-REINF - Disponibilizadas as Minutas dos Leiautes da Versão 2.1 e Seus Anexos.....	03
DCTFWeb - Nova Data de Início da Obrigatoriedade de Entrega da para os Contribuintes do 3º Grupo.....	04
CAEPF - Obrigatoriedade de Inscrição pela Pessoa Física que Exerce Atividade Econômica de Perito Aduaneiro como Contribuinte Individual..	03
DITR 2019 - Alterada Disposição Relativa à Apresentação do Ato Declaratório Ambiental ao Ibama.....	04

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Imposto de Renda na Fonte.....	05
--------------------------------	----

INSS

Contribuição Previdenciária - Tabela de Salário-Contribuição.....	06
- Salário-Família.....	06
eSocial - Novas Orientações e Medidas de Simplificação.....	06
Divulgada Nota Conjunta SEPRT/RFB/SED nº 1/2019, de 8 de agosto de 2019.....	06

TRABALHO

FGTS - Saque de até R\$ 500,00.....	07
- FGTS Digital.....	07

ICMS

Tabela de Código de Benefício Fiscal - Publicada a Atualização Citada na Regra de Validação N12-94, que Consta da NT 2019.001.....	07
Guerra Fiscal – Alteração no Convênio ICMS 190/2017.....	07
CST - Alterada a Redação do Ajuste Sinief n. 11/2009.....	08
Contas de Energia Elétrica - Clientes da CEEE Devem Observar Mudanças para Creditamento do ICMS.....	08
NF-e - Publicada a Versão 1.20 da NT 2019.001.....	08
Programa de Autorregularização - Segunda Fase do Programa Busca Recuperar R\$ 17 milhões de ICMS Devido.....	09
INOVA RS - Instituição do Programa.....	10
Alterações no RICMS/RS Divulgadas Pela SEFAZ/RS.....	10
Alterações no Regulamento.....	25
Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS.....	25

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

Tributos Federais.....	26
Tributos Estaduais.....	26
Tributos Municipais.....	27

INFORMES ECONÔMICOS

Salário-Mínimo, UPF, UFM, UPC, TJLP, INPC, IGPM, SELIC, UIF, ITR e Outros.....	28
Dólar (Cotação Diária).....	28

TRIBUTOS FEDERAIS

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

• **Setembro/2019:** Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de agosto de 2019, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo Codac n. 16/2019 - Edição de 26 de julho de 2019.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

• **Imposto de Importação - Alterada para zero por Cento as Alíquotas do Imposto de Importação Incidentes Sobre os Bens de Capital que Menciona, na Condição de Ex-Tarifários:** Notícia veiculada pela Agência Brasil, em 02/08/2019:

Governo reduz a zero alíquota sobre diversos bens de capital. Foi publicada nesta sexta-feira (2), no Diário Oficial da União, uma Portaria do Ministério da Economia que amplia a lista de bens de capital que terão sua alíquota de imposto de importação reduzida a zero. Bens de capital são maquinários, ferramentas, instalações e outros tipos de equipamentos utilizados para a fabricação de produtos para consumo.

Por meio dessa portaria, que começará a vigorar no prazo de dois dias, o governo pretende tornar equipamentos desse tipo, que nem sempre são produzidos no Brasil, mas que são necessários para a modernização ou para o aumento da produção industrial, mais acessíveis para o setor. Uma portaria similar já havia sido publicada em maio.

Entre os equipamentos citados pela portaria há diversos tipos de caldeiras, motores, elevadores de escavadeiras, motobombas, centri-

fugas, rotores, fornos, cabeçotes, chapas, hidrolisadores, secadores, máquinas de laminação, rotativas, filtros, rotuladoras, embaladoras, balanças, dosadores, envernizadores, esmaltadores, lavadoras, guinchos, propulsores, guindastes, empilhadeiras, carenagens, cintas, descascadores, polidores, moedores, amassadeiras, masseiras, tostadeiras, fatiadoras, serras, desfibradores, impressoras, cilindros, tornos, perfuradores, prensas, moinhos, misturadores, pavimentadoras, transadeiras, trituradores, engrenagens, ultrassom, cabos e até máquinas automáticas de café expresso.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

• **Inclusão da Ocupação de Motorista de Aplicativo Independente na Lista de Atividades Permitidas:** A Resolução CGSN n. 148/2019, DOU de 8 de agosto de 2019, altera a Resolução CGSN n. 140/2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para incluir a ocupação de motorista de aplicativo independente na lista de atividades permitidas ao Microempreendedor Individual (MEI).

EFD-REINF

• **Retirada da Minuta dos Leiautes da Versão 3.0:** De acordo com a notícia do publicada no dia 09 de agosto de 2019 no Portal do Sped (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/4122>), em função da Nota Conjunta SEPRT/RFB/SED n. 1/2019, a minuta dos leiautes da EFD-Reinf versão 3.0 foi retirada para reavaliação.

• **Disponibilizadas as Minutas dos Leiautes da Versão 2.1 e Seus Anexos:** Conforme Nota Conjunta da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Secretaria Especial da Receita Fe-

deral e Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital SEPRT/RFB/SED n. 01/2019, o evento de remuneração de segurados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (S-1200) fará parte de um ambiente compartilhado entre a RFB e a SEPRT, especificado com base em portaria conjunta entre os órgãos, a ser publicada em ato distinto da EFD-Reinf e do sistema simplificado que substituirá o eSocial. Portanto, o evento de remuneração a ser compartilhado, não mais será inserido na EFD-Reinf. Dessa forma, não haverá mais republicação da versão 3.0 com a estrutura apresentada na minuta publicada em 01/08/2019.

Este ambiente compartilhado com o evento de remuneração será construído com objetivo de não onerar os contribuintes que já tenham seus sistemas de TI desenvolvidos para o eSocial.

DCTFWEB

• **Nova Data de Início da Obrigatoriedade de Entrega da para os Contribuintes do 3º Grupo:** A Instrução Normativa RFB n. 1.906/2019, DOU 15 de agosto de 2019, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.787/2018, para dispor que, será estabelecida uma nova data de início da obrigatoriedade de entrega da DCTFWeb para os contribuintes do 3º Grupo.

Até a referida alteração, o início da obrigatoriedade de entrega da DCTFWeb, para os contribuintes do 3º grupo, estava previsto para a partir do mês de outubro de 2019.

CAEPF

• **Obrigatoriedade de Inscrição pela Pessoa Física que Exerce Atividade Econômica de Perito Aduaneiro como Contribuinte Individual:** A Instrução Normativa RFB n. 1.907/2019, DOU 15 de agosto de 2019, altera a Instrução Normativa RFB n.

1.828/2018, para incluir na obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF), a pessoa física que exerce atividade econômica de perito aduaneiro como contribuinte individual.

DITR 2019

• **Alterada Disposição Relativa à Apresentação do Ato Declaratório Ambiental ao Ibama:** A Instrução Normativa RFB 1.909/2019, DOU 28 de agosto de 2019, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.902/2019, que dispõe sobre a apresentação da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2019, para dispor que, o contribuinte que estiver pleiteando a exclusão de áreas não tributáveis do cálculo de seu imposto a pagar, fica obrigado a informar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) a que se refere o art. 29 da Lei n. 12.651/2012, na DITR, apenas para as propriedades que já estejam inscritas no referido cadastro.

IR - PESSOA FÍSICA

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

A Lei n. 13.149/2015, DOU de 22 de julho de 2015, altera as Leis nºs 11.482/2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713/1988, 9.250/1995, e 10.823/2003.

A norma em questão, dispõe sobre a conversão da Medida Provisória nº 670/2015 em lei, a qual trata sobre:

a) Aprovação da tabela progressiva mensal a seguir, a ser utilizada a partir do mês de abril/2015 para fins da apuração do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas:

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

b) Alteração dos limites referentes a:

b.1) Dedução título de dependentes, para fins de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte mensal – R\$ 189,59 e para o imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 2.275,08;

b.2) Limite de dedução com despesas de instrução, para fins de apuração do Imposto devido na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 3.561,50;

b.3) Valor-limite do desconto simplificado, que substituirá

todas as deduções permitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 16.754,34;

b.4) Rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade – R\$ 1.903,98.

c) Rendimentos recebidos acumuladamente, o qual dispõe que:

c.1) os rendimentos recebidos acumuladamente e submetidos à incidência do Imposto de Renda com base na tabela progressiva, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês; e

c.2) no caso dos rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes ao ano-calendário em curso, eles serão tributados no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

INSS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

• **Tabela de Salário-Contribuição:** A Portaria ME n. 09/2019, DOU de 16 de janeiro de 2019, trouxe a nova tabela de contribuição previdenciária a ser aplicada sobre os fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2019, relativamente aos segurados empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, conforme segue:

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS
Até 1.751,81	8%
De 1.751,82 até 2.919,72	9%
De 2.919,73 até 5.839,45	11%

O valor da quota do salário-família, a partir da competência janeiro de 2018, é de:

I – R\$ 46,54: para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 907,77; e

II – R\$ 32,80: para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 907,77 e igual ou inferior a R\$ 1.364,43.

Por força da elevação do salário-mínimo nacional para R\$ 998,00, a partir deste mês de janeiro, o salário-de-benefício e o salário-de-contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 998,00 nem superiores a R\$ 5.839,45.

Observação: Com a divulgação da nova tabela de desconto previdenciário, já está liberado o envio de eventos de remuneração (S-1200) para o eSocial, que estava bloqueado desde o início do mês. (Fonte: site do eSocial)

ESOCIAL

• Novas Orientações e Medidas de Simplificação:

Divulgadas a Nota Técnica n. 15/2019 e a Nota Orientativa n. 19/2019. A primeira trouxe alterações que visam simplificar e modernizar o eSocial. Na outra, constam orientações sobre a obrigatoriedade de preenchimento de grupos, campos e eventos na versão revisada do leiaute 2.5.

Fonte: Portal do eSocial

DIVULGADA NOTA CONJUNTA SEPRT/RFB/SED Nº 1/2019, DE 8 DE AGOSTO DE 2019

Foi divulgada no dia 08 de agosto de 2019 no Portal do Sped a Nota Conjunta SEPRT/RFB/SED nº 1/2019, que trata da Simplificação da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

Link para acesso:

http://sped.rfb.gov.br/estatico/D0/068788A6D639D688663908DA4D42D6EA3CE365/nota-conjunta-seprt_rfb_sed-no-1-de-8-de-agosto-de-2019.pdf

TRABALHO

FGTS

- **Saque de até R\$ 500,00:** Foi publicada no DOU de 08 de agosto de 2019 a Circular CEF n. 869/2019, que trouxe os procedimentos pertinentes ao saque do FGTS de até R\$ 500,00 por conta vinculada de titularidade do trabalhador, o qual terá início em 13/09/2019.

- **FGTS Digital:** Através da Resolução CC/FGTS n. 935/2019, DOU 1 de 29 de agosto de 2019, o Conselho Curador do FGTS aprovou a implantação do FGTS DIGITAL, que integrará as seguintes atividades:

- a) Gestão da arrecadação dos valores devidos ao FGTS;
- b) Prestação de informações aos trabalhadores e aos empregadores;
- c) Fiscalização, apuração, lançamento e cobrança administrativa dos recursos do FGTS.

ICMS

TABELA DE CÓDIGO DE BENEFÍCIO FISCAL

- **Publicada a Atualização Citada na Regra de Validação N12-94, que Consta da NT 2019.001:** Foi publicada no dia 06 de agosto de 2019 no Portal da NF-e a TABELA cBenef_X_CST, atualizada em 05/08/2019, complementar à Nota Técnica 2019.001, na qual consta, para os Estados que já implementaram, a relação dos Códigos dos Benefícios Fiscais (cBenef) e respectivos Códigos de Situação Tributária (CST).

Link para download:

<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/listaConteudo.aspx?tipoConteudo=ly/5Qol1YbE=>

GUERRA FISCAL

- **Alteração no Convênio ICMS 190/2017:** O Convênio ICMS n. 136/2019, DOU de 13 de agosto de 2019, altera o Convênio ICMS 190/2017, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar n. 160/2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Para os Estados que menciona, fica prorrogado de 31.08.2019 para 31.12.2019:

- a) a data limite para reinstituição dos benefícios fiscais, para remissão e anistia dos créditos tributários do ICMS constituídos ou não, decorrentes de concessão, prorrogação ou modificação de benefícios fiscais que atendam as condições que especifica;

- b) a reinstituição e revogação de benefícios fiscais pelas referidas Unidades da Federação.

CST

• **Alterada a Redação do Ajuste Sinief n. 11/2009:** O Ajuste SINIEF n. 15/2019, DOU de 13 de agosto de 2019, altera o Ajuste SINIEF 11/2019, que altera o Convênio S/Nº, de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF, relativamente ao Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP.

Com essa publicação, ficam prorrogados de 12.07.2019 para 01.01.2022, os efeitos das Notas Explicativas 4 e 5 do Código de Situação Tributária (CST), que discorre principalmente quanto à utilização do CST por contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA

• **Clientes da CEEE Devem Observar Mudanças para Creditamento do ICMS:** De acordo com a notícia publicada no site da Sefaz RS no dia 15 de agosto de 2019, os clientes da CEEE devem observar mudanças para creditamento do ICMS das contas de energia elétrica.

Veja, abaixo, a notícia na íntegra:

“Clientes da CEEE devem observar mudanças para creditamento do ICMS das contas de energia elétrica

A Receita Estadual esclarece que os clientes atendidos pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) deverão observar as novas regras para creditamento do ICMS das contas de Energia Elétrica e consequente apuração do saldo do ICMS na Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA).

Essa nova regra atinge apenas clientes da classe industrial (cerca de 13 mil), que somente poderão se adjudicar de crédito do imposto mediante a comprovação da arrecadação do tributo para o Estado. A medida é decorrente da inclusão da CEEE no Regime Especial de Fiscalização.

• **Regime Especial de Fiscalização:** O REF está previsto na Lei nº 13.711, de 06 de abril de 2011, e no Decreto nº 48.494, de 31 de outubro de 2011. O objetivo é, entre outros, prevenir desequilíbrios de concorrência, conter o aumento do passivo tributário do devedor contumaz, evitar a utilização indevida de crédito fiscal não recolhido e aumentar a arrecadação. O Rio Grande do Sul tem atualmente quase 1,2 mil empresas contumazes, número que vem apresentando uma tendência de crescimento, das quais aproximadamente 250 estão enquadradas em REF. A lista de devedores incluídos em REF pode ser consultada no site da Receita Estadual.

Texto: Ascom Fazenda/ Receita Estadual”

NF-E

• **Publicada a Versão 1.20 da NT 2019.001:** Foi publicada no Portal da NF-e a versão 1.20 da NT 2019.001, que divulga novas regras de validação e atualiza regras existentes da NF-e/NFC-e versão 4.0, com os seguintes objetivos:

1 - Remoção da Regra 1C03-10: A Regra 1C03-10 exigia que Razão Social do emitente informada na tag emit\Nome fosse exatamente igual ao cadastro da SEFAZ, o que se demonstrou problemático.

2 - Correção na Descrição da Regra de Validação N12-90: Retirada informação de aplicação somente em casos de operação interna.

3 - Torna facultativas as regras N18-10 e N18-20: Os tempos de implementação destas regras variam muito entre as diversas Sefaz autorizadoras, por isso a partir da versão 1.20 desta nota técnica estas regras são de aplicação facultativa.

4 - Criado novo Valor para o Campo N18: A tag modBCST passa a aceitar a opção “6=Valor da Operação”.

Publicada a tabela cBenef x CST atualizada até 19/08/2019.

Divulgado o pacote de liberação PL_009_V4_00_NT_2019_001_v1.20a.

PROGRAMA DE AUTOREGULARIZAÇÃO

• **Segunda Fase do Programa Busca Recuperar R\$ 17 milhões de ICMS Devido:** De acordo com a notícia publicada no site da Sefaz RS no dia 23 de agosto de 2019, a Receita Estadual está lançando a segunda fase de um Programa de Autorregularização voltado a contribuintes que apresentaram divergências nos valores de ICMS resultantes da partilha prevista na Emenda Constitucional nº 87/2015. Estado do destinatário.

Veja, abaixo, a notícia na íntegra:

“Segunda fase de Programa de Autorregularização busca recuperar R\$ 17 milhões de ICMS devido

Publicação: 23/08/2019 às 11:37

A Receita Estadual está lançando a segunda fase de um Programa de Autorregularização voltado a contribuintes que apresentaram divergências nos valores de ICMS resultantes da partilha prevista na Emenda Constitucional nº 87/2015, que estabeleceu uma regra transitória para as operações destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS em outras Unidades da Federação. Segundo a norma, entre 2016 e 2018 o imposto a ser pago deveria ser partilhado entre o Estado do remetente e o Estado do destinatário.

A partir da análise das operações documentadas, foram identificadas divergências dos valores destacados nas Notas Fiscais Eletrônicas e nos valores declarados pelos contribuintes em GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS), relativos à apuração do ICMS devido pela diferença entre a alíquota interna do RS e a alíquota interestadual de contribuintes remetentes situados no RS. A segunda etapa do trabalho abrange cerca de 80 contribuintes de todo o Estado, com dívidas de ICMS estimadas em R\$ 17 milhões, referente a operações que ocorreram entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018. Na primeira fase, a ação envolveu 21 contribuintes da região de Canoas e R\$ 8 milhões não recolhidos.

A ação de fiscalização preventiva tem como objetivo sanar divergências e inconsistências que acarretam pagamento a menor de im-

posto. Por meio do Programa de Autorregularização, a Receita Estadual oportuniza a regularização das pendências até 30 de setembro de 2019, mediante o recolhimento do valor devido. Persistindo as divergências constatadas, o contribuinte ficará sujeito à abertura de procedimento de ação fiscal repressiva, com imposição da multa correspondente.

• Como realizar a autorregularização?

As instruções para autorregularização serão disponibilizadas nas caixas postais eletrônicas dos contribuintes nos próximos dias. As orientações específicas sobre o procedimento também estarão disponíveis na área restrita do e-CAC, na aba “Autorregularização”, local em que também é possível solicitar atendimento. Dúvidas adicionais serão sanadas pelo núcleo de autorregularização da Delegacia da Receita Estadual de Canoas (2º DRE), por meio do e-mail atr.2dre@sefaz.rs.gov.br.

• O que é a autorregularização?

A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas pelo Fisco no exercício regular de sua atividade. Trata-se de uma oportunidade para que os contribuintes regularizem suas situações sem o início da ação fiscal, propiciando a correção de eventuais erros e omissões de modo voluntário. Como consequência, além da retificação da declaração ou pagamento dos valores devidos, espera-se o aumento da percepção de risco, a conscientização dos contribuintes e o incremento da arrecadação espontânea.

• Entenda a EC nº 87/2015

A partir da Emenda Constitucional nº 87/2015 (EC 87/2015), todas as operações a consumidor final passaram a estar sujeitas ao mesmo tratamento (sendo ele contribuinte ou não do ICMS), qual seja: aplicação de uma alíquota interestadual, a qual resultará em receita para a Unidade da Federação (UF) do remetente da mercadoria/serviço; incidência de um diferencial de alíquota (diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna da UF do destinatário), cujo sujeito ativo é a UF do destinatário.

Ocorre, no entanto, que o regramento acima, que já valia para as operações interestaduais a consumidor final contribuinte do imposto, só passou a valer de forma definitiva, tanto para essas operações quanto para as destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, a partir de 2019. Isso porque a mesma EC nº 87/2015 estabeleceu uma regra transitória quanto ao tratamento do diferencial de alíquota para o segundo caso.

Essa regra transitória resultou em uma partilha, entre a UF do remetente e a UF do destinatário, do diferencial de alíquota nessas operações. Assim, nos anos de 2016 a 2018, nas operações interestaduais a consumidor final não contribuinte do ICMS, existiram as seguintes espécies de ICMS: ICMS diferencial de alíquota à UF do remetente (DIFAL-remetente) e ICMS diferencial de alíquota à UF do destinatário (DIFAL-destinatário).

Diante dessa realidade, os contribuintes que realizassem operações interestaduais a consumidor final não contribuinte do imposto, no período de 2016 a 2018, deveriam calcular os montantes de ICMS diferencial de alíquota que seriam destinados à UF remetente e à UF destinatária. A presente autorregularização trata desse diferencial de alíquota devido à UF remetente por ocasião da regra transitória trazida pela EC 87/2015.

Texto: Ascom Fazenda/ Receita Estadual”

INOVA RS

• **Instituição do Programa:** O Decreto n. 54.767/2019, DOE RS de 23 de agosto de 2019, institui o Programa INOVA RS com o objetivo de fortalecer os ecossistemas regionais de inovação do Estado, por meio da articulação entre a sociedade civil organizada e os setores empresarial, acadêmico e governamental, em prol de uma agenda comum de desenvolvimento econômico e social.

ALTERAÇÕES NO RICMS/RS DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Decreto n. 54.766/2019, DOE de 23/08/2019 - ICMS ST - Ajuste do imposto retido - Compensação e transferência de saldos - Retroage a data de início de produção de efeitos do Decreto n. 54.671/2019 - Retroage, para 01/03/19, o início de produção de efeitos do Decreto nº 54.671, de 18/06/19. (Decreto nº 54.671, de 18/06/19, art. 2º)

2) Decreto n. 54.775/2019, DOE de 27/08/2019

- **Redução na base de cálculo para os produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos – Ajuste técnicos** - Alt. 5081 - Conv. ICMS 190/17 - Realiza ajuste técnico na redução de base de cálculo de ICMS referente aos produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos. (Lv. I, art. 23, LXVI, nota 02)

- **ICMS ST – Operações com produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos – Alterações** - Alt. 5082 a 5084 - Conv. ICMS 142/18 e Prot. ICMS 54/17 - Relativamente ao segmento de produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos, altera o título do segmento, as unidades federadas e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária e promovem outros ajustes técnicos necessários.

No item XXII da Seção III do Apêndice II, é dada nova redação ao título, fica revogado o número 66, é dada nova redação aos números 1 a 65 e 67 e fica acrescentado o número 68, conforme segue:

ITEM XXII - PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS

NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA À ALÍQUOTA DE 4%
"1	Henna (embalagens de conteúdo inferior ou igual a 200 g) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	1211.90.90	20.001.00	80,05	80,05	96,42
2	Vaselina NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	2712.10.00	20.002.00	130,40	130,40	151,35
3	Amoníaco em solução aquosa (amônia) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	2814.20.00	20.003.00	53,60	53,60	67,56
4	Peróxido de hidrogênio, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 ml NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	2847.00.00	20.004.00	71,39	71,39	86,97
5	Lubrificação íntima NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado de PB.	3006.70.00	20.005.00	74,95	74,95	90,85
6	Óleos essenciais (desterpenados ou não), incluídos os chamados "concretos" ou "absolutos"; resinóides; oleorresinas de extração; soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em ceras ou em matérias análogas, obtidas por tratamento de flores através de substâncias gordas ou por maceração; subprodutos terpênicos residuais da desterpenação dos óleos essenciais; águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 ml NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3301	20.006.00	94,79	94,79	112,50
7	Perfumes (extratos) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3303.00.10	20.007.00	111,10	111,10	130,29

8	Águas-de-colônia NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3303.00.20	20.008.00	88,75	88,75	105,91
9	Produtos de maquiagem para os lábios NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.10.00	20.009.00	77,14	77,14	93,24
10	Sombra, delineador, lápis para sob rancelhas e rímel NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.20.10	20.010.00	83,33	83,33	100,00
11	Outros produtos de maquiagem para os olhos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.20.90	20.011.00	96,13	96,13	113,96
12	Preparações para manicuros e pedicuros, incluindo removedores de esmalte à base de acetona NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.30.00	20.012.00	92,96	92,96	110,50
13	Pós, incluídos os compactos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.91.00	20.013.00	88,17	88,17	105,28
14	Cremes de beleza, cremes nutritivos e loções tônicas NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF.	3304.99.10	20.014.00	75,80	75,80	91,78
15	Outros produtos de beleza ou de maquiagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele, exceto as preparações solares e antissolares NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3304.99.90	20.015.00	62,76	62,76	77,56
16	Preparações solares e antissolares NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e dos Estados da PB e RJ.	3304.99.90	20.016.00	62,76	62,76	77,56
17	Xampus para o cabelo NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.10.00	20.017.00	72,42	72,42	88,09
18	Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.20.00	20.018.00	98,19	98,19	116,21

19	Laquês para o cabelo NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.30.00	20.019.00	81,18	81,18	97,65
20	Outras preparações capilares, incluindo máscaras e finalizadores NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.90.00	20.020.00	84,91	84,91	101,72
21	Condicionadores NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.90.00	20.021.00	84,91	84,91	101,72
22	Tintura para o cabelo NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3305.90.00	20.022.00	64,89	64,89	79,88
23	Dentifrícios NOTA - Este número não se aplica às operações originárias dos Estados da PB e RJ.	3306.10.00	20.023.00	57,14	57,14	71,43
24	Fios utilizados para limpar os espaços interdentaes (fios dentais) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3306.20.00	20.024.00	78,68	78,68	94,92
25	Outras preparações para higiene bucal ou dentária NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3306.90.00	20.025.00	64,56	64,56	79,52
26	Preparações para barbear (antes, durante ou após) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.10.00	20.026.00	103,66	103,66	122,17
27	Desodorantes (desodorizantes) corporais líquidos, exceto os classificados no CEST 20.027.01 NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.20.10	20.027.00	65,12	65,12	80,13
28	Antiperspirantes líquidos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.20.10	20.028.00	65,12	65,12	80,13
29	Outros desodorantes (desodorizantes) corporais, exceto os classificados no CEST 20.029.01 NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.20.90	20.029.00	92,78	92,78	110,31

30	Outros antiperspirantes NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.20.90	20.030.00	92,78	92,78	110,31
31	Sais perfumados e outras preparações para banhos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.30.00	20.031.00	52,15	52,15	65,98
32	Outros produtos de perfumaria preparados NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.90.00	20.032.00	94,32	94,32	111,99
33	Outros produtos de toucador preparados NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.90.00	20.032.01	94,32	94,32	111,99
34	Soluções para lentes de contato ou para olhos artificiais NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3307.90.00	20.033.00	59,64	59,64	74,15
35	Sabões de toucador em barras, pedaços ou figuras moldados, exceto CEST 20.034.01 NOTA - Este número não se aplica às operações originárias dos Estados da PB e RJ.	3401.11.90	20.034.00	51,21	51,21	64,96
36	Outros sabões, produtos e preparações, em barras, pedaços ou figuras moldados NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3401.19.00	20.035.00	59,83	59,83	74,36
37	Sabões de toucador soboutras formas NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estados da PB e RJ.	3401.20.10	20.036.00	62,55	62,55	77,33
38	Produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, na forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo contendo sabão NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB e RJ.	3401.30.00	20.037.00	70,60	70,60	86,11
39	Bolsa para gelo ou para água quente NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4014.90.10	20.038.00	70,73	70,73	86,25
40	Chupetas e bicos para mamadeiras e para chupetas, de borracha NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4014.90.90	20.039.00	73,69	73,69	89,48

41	Malas e malas de toucador NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4202.1	20.041.00	90,88	90,88	108,23
42	Papel higiênico - folha simples NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB e RJ.	4818.10.00	20.042.00	55,12	55,12	69,22
43	Papel higiênico - folha dupla e tripla NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB e RJ.	4818.10.00	20.043.00	55,68	55,68	69,83
44	Lenços (incluídos os de maquiagem) e toalhas de mão NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4818.20.00	20.044.00	80,44	80,44	96,84
45	Papel toalha de uso institucional do tipo comercializado em rolos igual ou superior a 80 metros e do tipo comercializado em folhas intercaladas NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4818.20.00	20.045.00	55,12	55,12	69,22
46	Toalhas e guardanapos de mesa NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4818.30.00	20.046.00	81,40	81,40	97,89
47	Toalhas de cozinha (papel toalha de uso doméstico) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	4818.90.90	20.047.00	65,20	65,20	80,22
48	Fraldas, exceto os descritos no CEST 20.048.01 NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9619.00.00	20.048.00	42,83	42,83	55,81
49	Tampões higiênicos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9619.00.00	20.049.00	78,74	78,74	94,99
50	Absorventes higiênicos externos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9619.00.00	20.050.00	80,82	80,82	97,26
51	Hastes flexíveis (uso não medicinal) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	5601.21.90	20.051.00	99,09	99,09	117,19

52	Sutiã descartável, assemelhados e papel para depilação NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	5603.92.90	20.052.00	104,66	104,66	123,27
53	Pinças para sob rancelhas NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	8203.20.90	20.053.00	90,40	90,40	107,71
54	Espátulas (artigos de cutelaria) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	8214.10.00	20.054.00	86,88	86,88	103,87
55	Utensílios e sortidos de utensílios de manicuros ou de pedicuros (incluídas as limas para unhas) NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	8214.20.00	20.055.00	82,76	82,76	99,37
56	Termômetros, inclusive o digital NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9025.11. 109025.19.90	20.056.00	91,17	91,17	108,55
57	Escovas e pincéis de barba, escovas para cabelos, para cílios ou para unhas e outras escovas de toucador de pessoas, incluídas as que sejam partes de aparelhos, exceto escovas de dentes NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9603.2	20.057.00	86,55	86,55	103,51
58	Escovas de dentes, incluídas as escovas para dentaduras NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB e RJ.	9603.21.00	20.058.00	74,78	74,78	90,67
59	Pincéis para aplicação de produtos cosméticos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9603.30.00	20.059.00	89,24	89,24	106,44
60	Sortidos de viagem, para toucador de pessoas para costura ou para limpeza de calçado ou de roupas NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9605.00.00	20.060.00	77,23	77,23	93,34
61	Pentes, travessas para cabelo e artigos semelhantes; grampos (alfinetes) para cabelo; pinças (pinceguiches), onduladores, bobs (rolos) e artefatos semelhantes para penteados, e suas partes, exceto os classificados na posição 8516 e suas partes NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9615	20.061.00	101,82	101,82	120,17

62	Borlas ou esponjas para pós ou para aplicação de outros cosméticos ou de produtos de toucador NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9616.20.00	20.062.00	95,90	95,90	113,71
63	Mamadeiras NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3923.30.00 3924.90.00 3924.10.00 4014.90.90 7010.20.00	20.063.00	93,10	93,10	110,65
64	Loções e óleos desodorantes hidratantes líquidos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do DF e do Estado da PB.	3307.20.10	20.027.01	65,12	65,12	80,13
65	Outras loções e óleos desodorantes hidratantes líquidos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3307.20.90	20.029.01	92,78	92,78	110,31"
"67	Fraldas de fibras têxteis NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	9619.00.00	20.048.01	42,83	42,83	55,81
68	Lenços umedecidos NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado da PB.	3401.11.90	20.034.01	59,83	59,83	74,36"

Na Seção II do Apêndice III, o número 4 da alínea "a" do item VIII passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	PRAZOS (TOMANDO-SE POR REFERÊNCIA O MÊS DA OCORRÊNCIA DA RESPONSABILIDADE)	OPERAÇÕES/PRESTAÇÕES
VIII "4 - produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos, relacionados no Apêndice II, Seção III, item XXII;"

(Lv. III, art. 10, XXI; art. 35, nota 02,"u"; Cap. II, S. XXXI, título; art. 188, "caput", notas 01 e 02; Ap. II, S. XXII; e Ap. III, S. II, VIII, 4).

3) Decreto n. 54.776/2019, DOE de 27/08/2019 - ICMS ST – Exclusão do Estado de Santa Catarina no regime de substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos - Alt. 5088 - Prot. ICMS 35/19 - Exclui, a partir de 01/09/19, o Estado de Santa Catarina no regime de substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos. (Lv. III, art. 242, "caput", nota 01)

4) Decreto n. 54.777/2019, DOE de 27/08/2019 - Transferência de saldo credor de ICMS acumulado por estabelecimento distribuidor de asfalto - Alt. 5103 - Lei do ICMS, art. 23, § 5º - Autoriza a transferência de saldo credor de estabelecimento distribuidor de asfalto que tiver sido acumulado em virtude

de saídas isentas para órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, suas Fundações e Autarquias, e para os Poderes Legislativo e Judiciário. (Lv. I, art. 59, II, "y")

5) Decreto n. 54.778/2019, DOE de 28/08/2019

- **Crédito presumido de ICMS concedido aos distribuidores de produtos farmacêuticos** - Alt. 5085 - Realiza ajuste técnico no crédito presumido de ICMS concedido aos distribuidores de produtos farmacêuticos. (Lv. I, art. 32, inciso XXXI, "caput", nota 04)

- **ICMS ST - Produtos farmacêuticos – Alterações** - Alt. 5086 a 5087 - Conv. ICMS 142/18 e Conv. ICMS 234/17 - Relativamente aos produtos farmacêuticos, altera as unidades federadas e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária e promovem outros ajustes técnicos necessários.

No item VI da Seção III do Apêndice II, é dada nova redação aos números 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 25 e ficam acrescentados os números 29 a 32, conforme segue:

ITEM VI - PRODUTOS FARMACÊUTICOS
NOTA - Os percentuais de margem de valor agregado relativos a esse item são os constantes no art. 105 do Livro III.

NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST
"13	Preparações químicas contraceptivas de referência, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - positiva	3006.60.00	13.005.00
14	Preparações químicas contraceptivas de referência, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - negativa	3006.60.00	13.005.01
15	Provitaminas e vitaminas, naturais ou reproduzidas por síntese (incluídos os concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções - neutra	2936	13.006.00"
"18	Antissoro, outras frações do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica, exceto para uso veterinário - positiva	3002	13.008.00
19	Antissoro, outras frações do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica, exceto para uso veterinário - negativa	3002	13.008.01
20	Vacinas e produtos semelhantes, exceto para uso veterinário - positiva	3002	13.009.00
21	Vacinas e produtos semelhantes, exceto para uso veterinário - negativa	3002	13.009.01
22	Preservativo - neutra NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do RN.	4014.10.00	13.013.00
23	Seringas, mesmo com agulhas - neutra	9018.31	13.014.00"
"25	Contraceptivos (dispositivos intrauterinos - DIU) - neutra	3926.90.90 9018.90.99	13.016.00"
"29	Preparações químicas contraceptivas genérico, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - positiva	3006.60.00	13.005.02
30	Preparações químicas contraceptivas genérico, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - negativa	3006.60.00	13.005.03
31	Preparações químicas contraceptivas similar, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - positiva	3006.60.00	13.005.04
32	Preparações químicas contraceptivas similar, à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - negativa	3006.60.00	13.005.05"

(Lv. III, art. 104, "caput", notas 01 e 02; Ap. II, S. III, VI).

6) Decreto n. 54.779/2019, DOE de 29/08/2019

- Redução de base de cálculo para os veículos de duas rodas - Alt.

5089 - Realiza ajuste técnico na redução de base de cálculo para os veículos de duas rodas. (Lv. I, art. 23, XXV)

- ICMS ST – Operações aos pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, exceto os pneus e câmaras de bicicletas - com Alt. 5090 e 5091 - Conv. ICMS 102/17 - Relativamente aos pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, exceto os pneus e câmaras de bicicletas, atualiza o fundamento legal e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária.

No item V da Seção III do Apêndice II, é dada nova redação ao número 5, conforme segue:

ITEM V - PNEUMÁTICOS, CÂMARAS DE AR E PROTEORES DE BORRACHA, EXCETO OS PNEUS E CÂMARAS DE BICICLETAS						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
"5"	Protetores de borracha, exceto os itens classificados no CEST 16.007.01	4012.90	16.007.00	55,26	66,62	81,77

(Lv III, art. 100, "caput", nota 01; e Ap. II, S. III, item V)

- ICMS ST – Operações com cigarros e outros produtos de fumo - Alt. 5092 e 5093 - Conv. ICMS 111/17 - Relativamente aos cigarros e outros produtos de fumo, atualiza o fundamento legal e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária e promove ajustes técnicos.

No Apêndice II, Seção III, é dada nova redação ao item II, conforme segue:

"ITEM II - CIGARROS E OUTROS PRODUTOS DERIVADOS DO FUMO
NOTA - Os percentuais de margem de valor agregado relativos a esse item são os constantes no art.95, II, do Livro III

NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBA/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST
1	Charutos, cigarilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos	2402	04.001.00
2	Tabaco para fumar, mesmo contendo sucedâneos de tabaco em qualquer proporção	2403.1	04.002.00

(Lv. III, art. 35, I, "b"; art. 94, "caput", nota 01 e § único; art. 95, I, nota 01; e Ap. II, S. III, item II)

• **ICMS ST – Operações com tintas e vernizes** - Alt. 5094 e 5095 - Conv. ICMS 118/17 - Relativamente às tintas e vernizes, atualiza o título do segmento, o fundamento legal, as unidades da federação e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária e promove ajustes técnicos.

"ITEM VIII - TINTAS E VERNIZES"

(Lv. III, art. 10, III; art. 35, "caput", nota 02, "c", Tít. III, Cap. II, S. XIV, título; art. 115, "caput"; e Ap. II, S. III, item VIII)

• **ICMS ST – Operações com aos veículos de duas e três rodas motorizados** - Alt. 5096 e 5097 - Conv. ICMS 200/17 - Relativamente aos veículos de duas e três rodas motorizados, atualiza o fundamento legal e as mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária e promove ajustes técnicos.

ITEM IX - VEÍCULOS DE DUAS E TRÊS RODAS MOTORIZADAS						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
"1	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais	8711	26.001.00	34,00	34,00 se a carga tributária interna for 12%; 43,80 se a carga tributária interna for 18%	46,18 se a carga tributária interna for 12%; 56,88 se a carga tributária interna for 18%"

(Lv. III, art. 9º, "caput", nota 01, "a"; art. 118, nota 02; art. 119, "caput", nota 01, "b" e II; art. 121, III; art. 123, II, nota e "a", 1; e Ap. II, S. III, IX)

- **ICMS ST – Operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes** - Alt. 5098 e 5099 - Conv. ICMS 213/17 - Relativamente aos aparelhos celulares e cartões inteligentes, atualiza o fundamento legal, as unidades da federação e o rol de mercadorias e bens sujeitos à substituição tributária.

No item XVIII da Seção III do Apêndice II, fica revogado o número 02, é dada nova redação ao número 03 e fica acrescentado o número 05, conforme segue:

ITEM XVIII - APARELHOS CELULARES E CARTÕES INTELIGENTES						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
"03	Cartões inteligentes ("smartcards"), exceto o item classificado no CEST 21.064.00	8523.52.00	21.063.00	52,65	63,82	78.71"
"05'	Telefones para redes celulares, exceto por satélite, os de uso automotivo e os classificados no CEST 21.053.01	8517.12.3	21.053.00	30,93	40,51	53,28

(Lv. III, art. 175, "caput"; e Ap. II, S. III, item XVIII)

• ICMS ST – Operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária do grupo de mercadorias não constantes de acordos celebrados com outras unidades da federação - Alt. 5100 - Conv ICMS 38/19 - Altera o rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária do grupo de mercadorias não constantes de acordos celebrados com outras unidades da federação.

Na Seção II do Apêndice II, é dada nova redação ao item I, conforme segue:

ITEM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%) OPERAÇÃO INTERNA
I	"17.083.00	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e produtos comestíveis resultantes da matança desse gado submetidos à salga, secagem ou desidratação, exceto os descritos no CEST 17.083.01	0210.20.00 0210.99.00 1502	30,00
	17.083.01	Charque e jerkedbeef	0210.20.00	30,00
	17.084.00	Carne de gado bovino, ovino e bufalino e demais produtos comestíveis resultantes da matança desse gado frescos, refrigerados ou congelados	0201 0202 0204 0206	30,00"

(Ap. II, S. II, item I)

• ICMS ST – Operações com produtos alimentícios, artigos de papelaria e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos - Alt. 5101 - Conv ICMS 38/19 - Altera o rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária dos grupos produtos alimentícios, artigos de papelaria e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

a) No item XXX, é dada nova redação aos números 19 e 27 e fica acrescentado o número 125, conforme segue:

ITEM XXX - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
'19	logurte e leite fermentado em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 2 litros, exceto o item classificado no CEST 17.022.00	0403	1.021.00	30,86	40,44	53,20
"27	Salgadinhos diversos, exceto os classificados no CEST 17.031.01	1905.90.90	17.031.00	49,16	60,07	74,63
"125	Salgadinhos diversos, derivados de farinha de trigo	1905.90.90	17.031.01	49,16	60,07	74,63

b) no item XXXIII, é dada nova redação ao número 10, conforme segue:

ITEM XXXIII - ARTIGOS DE PAPELARIA						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
"10	Cartolina escolar e papel cartão, brancos e coloridos, cortados em folhas em que um lado seja inferior ou igual a 50 mm e o outro inferior ou igual a 700 mm, quando não dobradas, e peso igual ou superior a 120g/m²; recados auto adesivos (LP note); papéis de presente, todos cortados em tamanho pronto para uso escolar e doméstico NOTA - Este número não se aplica às operações originárias do Estado de AM.	4802.56.9 4802.57.9 4802.58.9	19.010.00	57,00	68,49	83,80"

c) no item XXXV, é dada nova redação ao número 60, conforme segue:
(Ap. II, S. III, item XXX, XXXIII e XXXV)

ITEM XXXIII - ARTIGOS DE PAPELARIA						
NÚMERO	MERCADORIAS	CLASSIFICAÇÃO NA NBM/SH-NCM	CÓDIGO ESPECIFICADOR DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - CEST	MARGEM DE VALOR AGREGADO (%)		
				OPERAÇÃO INTERNA	OPERAÇÃO INTERESTADUAL	
					SUJEITA À ALÍQUOTA DE 12%	SUJEITA A ALÍQUOTA DE 4%
"60	Cartões inteligentes ("smartcards"), exceto o item classificado no CEST 21.064.00	8523.52.00	21.063.00	52,65	63,82	78,71'

• ICMS ST – Operações com produtos alimentícios, artigos de papelaria e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos - Destinadas a Revendedores para Serem Vendidas Porta-a-Porta - Alt. 5102 - Conv ICMS 38/19 - Altera o rol de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária dos grupos produtos alimentícios, artigos de papelaria e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. (Ap. II, S. III-E)

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul procedeu as seguintes alterações no Regulamento do ICMS:

- Alteração 5067 - Decreto n. 54.683 - DOE 01.07.19;
- Alteração 5068 - Decreto n. 54.685 - DOE 03.07.19;
- Alteração 5088 - Decreto n. 54.776 - DOE 27.08.19;
- Alt. 5081 a 5083 - Decreto n. 54.775 - DOE 27.08.19;
- Alt. 5085 a 5087 - Decreto n. 54.778 - DOE 28.08.19;
- Alt. 5090 a 5102 - Decreto n. 54.779 - DOE 29.08.19;
- Alteração 5103 - Decreto n. 54.777 - DOE 27.08.19.

Os referidos decretos poderão ser consultados na Internet, no endereço <http://www.cca.com.br/>.

ALTERAÇÕES NA IN/DRP Nº 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Instrução Normativa RE nº 31/2019, DOE de 07/08/2019 - McDia Feliz - Isenção do ICMS - Define o dia 24 de agosto de 2019 como a data do evento "McDia Feliz" para fins da isenção do ICMS para os sanduíches denominados "Big Mac" da Rede McDonald's e atualiza a lista de instituições que serão beneficiadas pela doação da renda proveniente da venda desses sanduíches. (Tít. I, Cap. I, 19.1)

2) Instrução Normativa RE nº 32/2019, DOE de 07/08/2019 - ICMS ST - Bebidas Quentes – Alterações e ajustes técnicos

a) Ajuste técnico para excluir hipótese não contemplada no Ap. XXXVI relativa a itens em que o preço final está fixado "por litro". (Tít. I, Cap. IX, 21.1.1)

b) Ajuste técnico no rol de bebidas quentes sujeitas ao regime de substituição tributária. (Ap. XXXVI, S. II, XXXII)

c) Protocolos ICMS 25 e 26/19 - exclui as mercadorias classificadas no CEST 02.024.00 (vinho e similares) do regime de substituição tributária. (Ap. XXXVI, S. II, XXXIII)

3) Instrução Normativa RE nº 33/2019, DOE de 07/08/2019 - Plantão Fiscal Virtual - Dispõe sobre a reprodução de respostas do Plantão Fiscal Virtual (Tít. V, Cap. XII, 1.6).

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

TRIBUTOS FEDERAIS

• IRPJ, IRPF, CSLL, IR-FONTE, IPI, PIS, COFINS, INSS e SIMPLES

1 - JUROS: Os juros de mora deverão ser calculados nos seguintes percentuais:

Juros devidos em setembro (%)						
Venc.	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Jan	56,16	45,67	33,01	19,78	10,76	4,56
Fev	55,37	44,85	32,01	18,91	10,29	4,07
Mar	54,60	43,81	30,85	17,86	9,76	3,60
Abr	53,78	42,86	29,79	17,07	9,24	3,08
Mai	52,91	41,87	28,68	16,14	8,72	2,54
Jun	52,09	40,80	27,52	15,33	8,20	2,07
Jul	51,14	39,62	26,41	14,53	7,66	1,50
Ago	50,27	38,51	25,19	13,73	7,09	1,00
Set	49,36	37,40	24,08	13,09	6,62	
Out	48,41	36,29	23,03	12,45	6,08	
Nov	47,57	35,23	21,99	11,88	5,59	
Dez	46,61	34,07	20,87	11,34	5,10	

2 - MULTA DE MORA: 0,33% por dia de atraso, limitado a 20%.

As multas de mora a que se refere o art. 61, da Lei n. 9.430/96, aplicam-se retroativamente aos pagamentos de débitos para com a União, efetuados a partir de 1º de janeiro de 1997, independentemente da data de ocorrência do fato gerador - Ato Declaratório (Normativo) n. 01/97 - DOU de 10 de janeiro de 1997.

• **FGTS:** Após o dia 7 do mês seguinte ao de competência, os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ficam sujeitos à atualização monetária mediante aplicação dos percentuais divulgados pela Caixa Econômica Federal.

FGTS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	De acordo com Tabela divulgada pela CEF.
Juros	0,5% ao mês ou fração.
Multa	5%, quando pago no mês do vencimento; 10%, quando pago após o mês do vencimento.

TRIBUTOS ESTADUAIS (RS)

• **ICMS:** ICMS vencido no período de 28/12/2000 a 31/12/2009, será atualizado pela variação da UPF-RS, dividindo-se o valor do imposto devido, expresso em moeda corrente, pelo valor da UPF-RS vigente no dia subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou, conforme o caso, do encerramento do período de apuração a que corresponder, e multiplicando-se o resultado pelo valor da UPF-RS vigente em 1º/01/2010.

Após 1º/01/2010 não haverá atualização monetária.

ICMS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	Varição da UPF, conforme disposto acima.
Juros	1% ao mês-calendário ou fração, a partir de 30/06/97 até 31/12/2009 e, a partir de 1º/01/2010, juros SELIC, de acordo com as regras previstas na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Cap. II
Multa	0,334% por dia de atraso, até o limite de 20%. (Lei nº 13.711, de 06/04/11)

TRIBUTOS MUNICIPAIS (PORTO ALEGRE-RS)

• ISSQN:

Atualização Monetária: com a extinção da UFIR, a atualização monetária deixou de ser exigida no município.

Multa de mora: os percentuais de multa incidentes sobre os recolhimentos do ISSQN em atraso são:

- a) 2% sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer ainda no curso do mês de vencimento do imposto; e,
- b) 10%, sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer após o mês de vencimento do débito.

Juros de mora: são calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, tomando por base a taxa SELIC, acumulada mensalmente, ou outro que venha a substituí-la.

O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%. Nos termos do art. 270, § 5º do Decreto nº 15.416/06, em nenhuma hipótese os juros de mora poderão ser inferiores a 1% (um por cento).

INFORMES ECONÔMICOS

INFORMES ECONÔMICOS

S. MÍNIMO NAC - A partir de Jan/19	R\$ 998,00
UPF/RS - 2019	R\$ 19,5356
UFM - P. Alegre – 2019	R\$ 4,1771
UPC – 3º Trimestre/2019	R\$ 23,54
TJLP – 3º Trimestre/2019	0,4958 a.m. 5,95% a.a.
INPC (IBGE) - Agosto/2019	0,12%
IGP-M (FGV) - Agosto/2019	(-0,67%)
SELIC - Agosto/2019	0,50%
TR - Setembro/2019	0,0000%
UIF-RS - Setembro/2019	R\$ 26,34
INDICADORES EXTINTOS	
OTN - Janeiro/89	Cz\$ 6.170,19
OTN Fiscal-Extinta em 16.01.89	Ncz\$ 6,92
BTN - Fevereiro/91	Cr\$ 126,8621
BTN Fiscal-Extinta em 01.02.91	Cr\$ 126,8621
UFIR 2000 - Extinta em 27/10/00	R\$ 1,0641

DÓLAR: COTAÇÃO DIÁRIA

Data	Dólar dos EUA	
	Compra	Venda
01/08/2019	3,82900	3,82960
02/08/2019	3,87330	3,87390
05/08/2019	3,93980	3,94040
06/08/2019	3,96370	3,96430
07/08/2019	3,98440	3,98500
08/08/2019	3,94030	3,94090
09/08/2019	3,93560	3,93620
12/08/2019	3,99600	3,99660
13/08/2019	3,97300	3,97360
14/08/2019	4,00680	4,00740
15/08/2019	4,01820	4,01880
16/08/2019	3,99270	3,99330
19/08/2019	4,02680	4,02740
20/08/2019	4,04190	4,04250
21/08/2019	4,02480	4,02540
22/08/2019	4,04380	4,04440
23/08/2019	4,08450	4,08510
26/08/2019	4,13610	4,13670
27/08/2019	4,15510	4,15570
28/08/2019	4,15530	4,15590
29/08/2019	4,16740	4,16800
30/08/2019	4,13790	4,13850
02/09/2019	4,15750	4,15810
03/09/2019	4,16510	4,16570
04/09/2019	4,12430	4,12490
05/09/2019	4,08530	4,08590
06/09/2019	4,06440	4,06500
09/09/2019	4,07600	4,07660
10/09/2019	4,11020	4,11080
11/09/2019	4,06250	4,06310
12/09/2019	4,04880	4,04940
13/09/2019	4,06100	4,06160